

Marx, Engels e o sistema de poder mundial no século XIX

MUNIZ FERREIRA*

O presente artigo se ocupa da produção de Karl Marx e Friedrich Engels referente às relações diplomáticas entre os Estados nacionais europeus durante as décadas de 50 e 60 do século XIX. No curso destes anos, os iniciadores da tradição marxista tiveram a oportunidade de exercitar suas aptidões como analistas dos assuntos internacionais em publicações européias e norte-americanas, em particular nas páginas do diário estadunidense *New York Daily Tribune*, do qual foram correspondentes na Europa entre 1851 e 1862. O *New York Daily Tribune* foi fundado em 1841 e publicado até 1924. Até meados dos anos 50 do século XIX, orientava-se por posições liberais de esquerda tornando-se, a partir de então, órgão do Partido Republicano. Quando deflagrou a Guerra Civil norte-americana, o *Tribune*, coerente com a posição adotada pelo Partido Republicano, perfilou claramente ao lado das forças abolicionistas, apoiando os estados setentrionais em sua luta contra a secessão sulista. Entretanto, em virtude de dificuldades financeiras sofridas no curso da guerra, dispensou todos os seus colaboradores internacionais, interrompendo a correspondência de Marx em 1862.

Os primeiros artigos que Marx e Engels dedicaram às relações diplomáticas entre os Estados europeus no *Tribune* tiveram, como pano de fundo, o refluxo dos movimentos revolucionários que se haviam disseminado ao longo do continente no período 1847-1849 e o estabelecimento do Segundo Império Francês sob a direção de Luiz Bonaparte, no ano de 1851. Foi justamente à atividade deste último personagem que os dois articulistas dirigiram suas primeiras observações em matéria de diplomacia internacional. Contudo, no primeiro ano de colaboração de Marx e Engels para com o *Tribune*, a emergência nacional das populações da Europa Centro-Oriental e o balanço dos movimentos democrático-radicais no

* Professor de História Moderna e Contemporânea da UFBA. E-mail: munfer@terra.com.br.

interior do mundo germânico constituíram os temas privilegiados da correspondência jornalística dos dois pensadores revolucionários alemães com o diário estadunidense.

Somente a partir do biênio 1853-1854, as articulações político-diplomáticas entre os principais Estados nacionais europeus situaram-se no centro das preocupações internacionais dos dois companheiros de lutas e letras. Os interesses internacionais tangidos pelo movimento de unificação italiana, o destino da Turquia e as ações da Rússia, tais foram os temas internacionais que mais catalisaram a atenção de Marx e Engels neste período.

Não escaparam ao olhar dos dois críticos alemães os objetivos restauracionistas e conservadores que presidiram à fundação do sistema internacional da Convenção de Viena¹. Interessados como estavam nos destinos do movimento revolucionário europeu, Marx e Engels não pouparam críticas às concepções e aos métodos das cinco potências (Áustria, Prússia, Rússia, Inglaterra e França), que constituíam o núcleo duro deste sistema. Para os dois autores, por detrás da verborragia altissonante dos homens de Estado europeus do período ocultavam-se dois objetivos inconfessáveis: o desejo de supremacia e o repúdio à revolução. Para eles, portanto, tais desígnios não poderiam inspirar outras atitudes internacionais se não aquelas caracterizadas pela hipocrisia e a simulação entre as grandes potências, o desrespeito à soberania nacional e a prática sistemática de chantagens e intimidações no tratamento dispensado por estas aos Estados menores. Como regra geral, vigorava, portanto, a prática da interferência recíproca nos assuntos internos de outros Estados, limitada apenas pelo equilíbrio de poder nas relações entre eles.

Ainda naquele contexto, Marx e Engels já percebiam o aprofundamento das tensões entre as potências europeias com relação aos problemas do Oriente Próximo. Verificava-se então um deslocamento da atenção dos principais Estados euro-ocidentais para as perspectivas geradas pela deterioração do poder do Império Turco. O que significava possibilidades reais de absorção de parcelas valiosas do antigo império dos sultões como aquelas situadas na região dos Balcãs, bem como nas imediações do Estreito de Bósforo e dos Dardanelos. Destarte, uma extensa série de artigos dos dois autores versou sobre a chamada “Questão Oriental”, ponto nodal da futura Guerra da Criméia.

¹ Ordenamento político internacional pactuado na capital austríaca ao final das guerras napoleônicas do início do século XIX. Teve como seus principais protagonistas a Inglaterra, o Império Austríaco, a Prússia e a Rússia, sendo a França incorporada após a restauração monárquica. Seu principal objetivo foi constituir um sistema de segurança coletiva que preservasse os regimes monárquicos e absolutistas da Europa de então da ameaça revolucionária.

Avaliação do papel desempenhado pela Rússia no sistema internacional

A forma obstinada com que Marx e Engels se dedicaram a denunciar e combater o czarismo traz à tona o tema da pretensa “russofobia” destes autores. Nos escritos que dedicaram à então chamada “questão oriental”, Marx e Engels não se limitaram a atacar as ações da diplomacia moscovita, como também procuraram desnudar os propósitos conservadores e anti-revolucionários das potências ocidentais. De acordo com seus pontos de vista, a finalidade da política externa das potências euro-ocidentais consistia em enfraquecer a Rússia como rival na disputa pela supremacia nas regiões do Oriente Próximo e dos Balcãs, ao mesmo tempo em que procuravam preservar o poderio russo para que o país continuasse a desempenhar seu papel de *gendarme* dos movimentos democrático-revolucionários nessas mesmas regiões. Segundo a percepção de Marx e Engels, portanto, a atuação do Ocidente frente à “questão oriental” caracterizava-se por desígnios ao mesmo tempo anti-revolucionários e hegemônistas. Interessava aos planos estratégicos anglo-franceses a existência de uma política de contenção recíproca entre o czar e o Sultão capaz de tensionar e paralisar os dois Estados rivais, sem lhes subtrair a capacidade de esmagar pela força os movimentos revolucionários que porventura se insinuassem no âmbito das áreas sob sua possessão.

Enquanto partidários e militantes ativos dos movimentos revolucionários europeus – os quais, é bom lembrar, possuíam, em termos continentais, caráter predominantemente democrático-republicano –, opunham-se à natureza contra-revolucionária do czarismo. Na condição de analistas das relações internacionais, combatiam os objetivos expansionistas e desestabilizadores da política externa da Rússia Imperial, voltada para a conquista e a subordinação dos povos situados no campo de projeção estratégica desta potência. A multidimensionalidade de tal perspectiva contribuía para inseri-los no âmago da intelectualidade progressista européia, ao lado, simultaneamente, de outras personalidades e tendências socialistas, democráticas e liberais.

David Riazanov, cujo nome verdadeiro era David Goldenbank, foi talvez o primeiro marxólogo da história. Nascido na Rússia em 1870, ingressou no movimento revolucionário em 1889. Trabalhou na recuperação e organização dos manuscritos inéditos de Marx e Engels, então em poder do SPD, sendo responsável pela sua transferência para Moscou após a revolução russa. Organizou as primeiras edições de textos como a *Ideologia Alemã* e os *Manuscritos Econômico-filosóficos* de 1844, trabalho em que contou com a colaboração de Gyorgy Luckács. Em seu estudo, “*Origens da Hegemonia da Rússia na Europa*”², o erudito russo historicizava as razões da oposição irreductível

² D. Riazanov, “Origine de l’Hégémonie de la Russie en Europe”. Estudo introdutório à coletânea de escritos de Marx e Engels”. *La Russie*. Paris, Union Générale D’Éditions, 1974, pp. 15-58.

de Marx e Engels ao czarismo. Segundo ele, tal postura havia sido adotada pelos demiurgos da filosofia da praxis no curso de suas experiências à frente da *Nova Gazeta Renana*, órgão do republicanismo radical alemão nos anos 1848-1849. O fracasso da revolução na Alemanha, bem como em outras partes da Europa, haveria cristalizado no pensamento de Marx e Engels uma dada interpretação acerca do papel contra-revolucionário que estaria sendo desempenhado, naquele momento, pelas principais potências européias. Como escrevera na época o jovem Friedrich Engels:

A Prússia, a Inglaterra e a Rússia são as três potências que mais temem a revolução alemã e sua conseqüência primordial – a unificação alemã: a Prússia, porque deixaria de existir, a Inglaterra, porque o mercado alemão seria subtraído à sua exploração, a Rússia, pelo fato de que a democracia não deixaria de progredir não somente até o Vístula, porém até mesmo às margens do Duna e do Dniepr³.

Datam desta época, portanto, não apenas a construção de uma imagem violentamente anticzarista, como também uma convicção acerca da inevitabilidade dos alinhamentos contra-revolucionários da Inglaterra. Para Marx e Engels, havia duas ordens de fatores que conduziriam o primeiro país capitalista do mundo a perfilar ao lado das autocracias mais reacionárias da Europa. O primeiro deles seria o monopólio do processo de formulação e execução da política externa britânica por parte dos representantes da aristocracia territorial daquele país. O segundo deles seria o fato de que, para Marx e Engels, qualquer triunfo revolucionário na Europa continental, em particular na França e na Alemanha, fortaleceria incalculavelmente o cartismo no interior da própria Inglaterra. O fracasso da unificação alemã sob a égide de uma república democrática e cada derrota da revolução na França significariam, segundo Marx e Engels, aos olhos da aristocracia e dos círculos conservadores da política britânica, derrotas do próprio cartismo inglês. A corporificação humana desta política seria Lord Palmerston, Henry John Temple Palmerston. (1784-1865), homem de Estado britânico e uma das mais destacadas personalidades da política inglesa no século XIX.

Marx e Engels conceberam que suas tarefas, primeiro enquanto partidários da unificação da Alemanha sobre bases democráticas, e também como propugnadores da revolução européia, consistiriam em: a) desmascarar o oportu-

³ Friedrich Engels, “O Armistício Prusso-dinamarquês”. *Nova Gazeta Renana*, 9 de setembro de 1848, apud Marx e Engels, *La Russie*, op. cit. 17. É curiosa nesta citação a ausência da Áustria, pedra angular do sistema internacional de Viena e apontada por Marx e Engels em outras passagens como a mais reacionária das monarquias da Europa Centro-Oriental.

nismo da diplomacia inglesa presidida por Palmerston (que se fazia passar internacionalmente como campeão do constitucionalismo e das liberdades), denunciando seu caráter reacionário e pró-autocrático; b) intensificar o combate político contra os círculos dirigentes prussianos em prol da unificação da Alemanha sob a forma de uma República democrática; e c) denunciar e conclamar ao combate todas as forças democráticas contra o czarismo russo, visto como a quintessência da reação européia, e inimigo jurado da revolução alemã. É muito significativo observar o fato de que essas avaliações produzidas no curso das malogradas iniciativas revolucionárias alemãs dos anos 40 marcariam profundamente as leituras de Marx e Engels sobre o papel histórico-político desempenhado pelas principais potências européias nas décadas seguintes. O fato de que o engajamento no processo revolucionário alemão e europeu dos anos 40 tenha constituído de fato a primeira experiência de atuação política concreta de Marx e Engels explica, em grande medida, a longevidade das impressões recolhidas naquele processo. Tal fato determinaria que os temas da revolução alemã e as “lições” retiradas dali marcariam indelevelmente as visões políticas de Marx e Engels até o fim de suas vidas.

Riazanov observa que, apesar do desserviço prestado por Palmerston à fracassada revolução alemã do final dos anos 40, o homem de Estado britânico ainda desfrutava de expressiva simpatia junto aos círculos liberais alemães. Reivindicando a herança de George Canning⁴, que fora uma espécie de contraponto liberal e constitucionalista à linha dura reacionário-conservadora do “Clube de Viena” nos primeiros anos da década de 20 do século XIX, Palmerston era visto por amplos segmentos liberais como um campeão do constitucionalismo. “Desmascarar” Palmerston constituía, acima de tudo, uma forma de solapar sua influência junto a importantes segmentos políticos inseridos no campo da revolução democrática alemã.

O destino da Turquia no sistema de Viena

Marx e Engels dedicaram à Turquia Otomana um complacente desprezo. Para eles, a entidade turca era pouco mais do que uma relíquia do passado, um vestígio decadente e quase inofensivo de um império outrora agressivo e orgulhoso. No interior de sua sociedade, identificavam uma fusão do despotismo asiático com o anacronismo bizantino. Destituídos de qualquer idílio em relação às forma-

⁴ George Canning (1779-1827) foi um destacado político e estadista *Whig* na Inglaterra da primeira metade do século XIX. Substituiu Castlereagh, - político profundamente conservador e o principal responsável pela estruturação da **Quádrupla Aliança** (Inglaterra, Áustria, Prússia e Rússia) que derrotou Napoleão em 1814 – à frente da Chancelaria Britânica. Inverteu a pauta da política externa inglesa, substituindo a ênfase nos temas “continentais” por um enfoque mais insular, o que resgatava a centralidade das preocupações britânicas com seu comércio marítimo em detrimento do “policimento da Europa” contra possíveis perturbações.

ções orientais ou pré-capitalistas, os dois pensadores alemães eram incapazes de compartilhar as simpatias que certos intelectuais do Ocidente dedicavam à Porta. De fato, este antigo Estado muçulmano, que um dia alvoroçara a Europa com seu fôlego anexionista, não passava, em meados do século XIX, de uma potência moribunda. Dividida entre o avassalamento pelo czar e a dependência política e econômica frente às potências ocidentais, a pátria do Sultão de Constantinopla não passava de simples objeto da política internacional. Marginalizada das decisões políticas mundiais e corroída por seus conflitos internos, como na questão das nacionalidades balcânicas, essa formação histórica encontrava-se em adiantado processo de decomposição. Aos círculos dirigentes ocidentais interessava, naturalmente, tirar proveito do esfacelamento do Império Otomano, incorporando territórios e populações até então subordinados à soberania deste, às suas hegemonias. Mas interessava também impedir que o vazio de poder legado pelo refluxo otomano gerasse um quadro de instabilidade generalizada nas imediações do Mar Mediterrâneo. Pior ainda, temiam que a absorção das antigas províncias por parte de outras potências – em primeiro lugar a Rússia, mas também, em menor medida, a Áustria e a Prússia – propiciasse condições para um acúmulo “excessivo” de poder por uma destas potências, em detrimento dos próprios desígnios hegemônistas anglo-franceses.

Marx e Engels imprimiram à “Questão Oriental”, um enfoque semelhante na forma, porém distinto no conteúdo. Receavam que o recuo turco deixasse o czarismo de mãos livres para empreender uma escalada anexionista em direção ao centro do continente europeu. Compreendiam também que o fortalecimento da Rússia no leste da Europa reforçaria o poder das forças sociais mais conservadoras naquela região, inviabilizando assim uma solução democrático-revolucionária para o problema da unidade alemã, bem como no que se referia à emergência nacional dos eslavos meridionais. Por outro lado, avaliavam que, do ponto de vista das pretensões hegemônistas e contra-revolucionárias das potências ocidentais, o alijamento da Turquia da Convenção de Viena constituía um certo embaraço. Particularmente após a ascensão de Luiz Bonaparte ao trono francês, certos círculos diplomáticos do Ocidente, sobretudo ingleses e austríacos, teriam passado a temer os resultados das tentativas de tutela da Turquia por Napoleão III. A intimidade das relações entre o imperador dos franceses e o sultão de Constantinopla antes e durante a guerra da Criméia teria estimulado os gestores da Santa Aliança a buscarem uma incorporação da Turquia ao sistema emanado da Convenção de Viena. Em seu artigo “Excentricidades da política”⁵, Marx, após delinear tal cená-

⁵ Karl Marx, “Eccentricities of politics”. *New York Daily Tribune*, nº 4437, 10 de julho de 1855, Marx e Engels, *Collected Works*, op. cit. vol. 14, pp. 283-286. Publicado como artigo principal.

rio, afirma que uma das conseqüências da Guerra da Criméia seria a produção de uma cláusula suplementar que garantiria a inclusão turca nos protocolos de 1815. Tal previsão, por mais sugestivo que fosse seu embasamento, acabaria não se verificando historicamente.

Engels e Marx defendiam em seus artigos no *Tribune* que as chancelarias ocidentais não cogitavam a possibilidade de **restauração** do decadente Império Otomano, mas sim que o seu gradativo desaparecimento não engendrassse o colapso da estabilidade política nas regiões então sob sua autoridade, nem possibilitasse um acréscimo desproporcional de poder por parte da Rússia. Inversamente, cada qual seguindo seus próprios objetivos nacionais, buscava estabelecer a própria influência da forma mais profunda e abrangente possível nas áreas abandonadas pelo recuo do sultão. Neste aspecto, Londres e Paris privilegiavam formas distintas de materializar as mesmas ambições. A potência britânica privilegiaria, embora de maneira não exclusiva, o exercício do papel de mediador das controvérsias russo-turcas, procurando aparecer como um suposto *peace maker* nos antagonismos entre os dois impérios eurasiáticos. Já a França de Napoleão III, a quem Marx e Engels já haviam estigmatizado asperamente por seu “aventureirismo”, teria optado por uma política mais claramente engajada ao lado da monarquia otomana, desempenhando, destarte, o papel de principal instigador da Guerra Russo-Turca. No artigo: “A imprensa londrina – A política de Napoleão acerca da questão turca”, publicado no *Tribune*, no dia 19 de abril de 1853⁶, Marx investia mais uma vez contra as posturas adotadas por Luiz Bonaparte frente à questão turca. Para ele, o aventureirismo manifestado pelo governante do Segundo Império Francês diante daquele problema teria por objetivo conquistar o reconhecimento das potências monárquicas européias para as quais, tanto ele quanto seu finado tio, não passariam de usurpadores de tronos. Ademais, buscava também granjear para a França um lugar de destaque no interior do “concerto das nações”.

O papel da diplomacia britânica

Marx, como já foi dito, dedicou vários escritos ao exame da ação do *Foreign Office* ante o chamado “problema oriental”. Nesses artigos, desenvolvia uma tentativa de caracterização da diplomacia britânica do ponto de vista de seus condicionantes sociais. De acordo com tal definição, a política externa da Grã-Bretanha “burguesa” seria formulada e executada tendo como horizonte os interesses sociais dos círculos **aristocráticos** daquela sociedade. Concepção que, por

⁶ Karl Marx, “The London Press – Policy of Napoleon on the Turkish Question”. *New York Daily Tribune*, nº 3.746 de 19/04/1853, publicado como artigo principal. *Collected Works*, Vol. 12, op. cit. pp. 18-20.

sua vez, se sustentava sobre as seguintes idéias: a) não obstante o caráter capitalista da economia e da preeminência burguesa no interior da sociedade britânica, o poder político naquele país repousaria sobre a base de uma coalizão aristocrático-burguesa; b) tendo em vista o monopólio do poder político e da representação pela coalizão das classes dirigentes mencionadas, a política britânica, tanto interna quanto externamente, possuiria um caráter essencialmente oligárquico; c) as perspectivas *Tory* e *Whig* em matéria de política externa representavam, respectivamente, uma alternativa aristocrática, conservadora e protecionista à outra alternativa burguesa, liberal e livre-cambista, sendo que, tradicionalmente, e até aquele momento, a tendência aristocrático-conservadora fora amplamente dominante. Tal concepção produziria dois efeitos significativos nas análises marxianas sobre a diplomacia britânica: em primeiro lugar, possibilitaria a Marx o desenvolvimento de interpretações que acentuariam a autonomia relativa do Estado britânico em relação à dimensão econômico-social vigente naquele país. Em segundo lugar, permitir-lhe-ia a percepção da não subordinação mecânica dos movimentos da diplomacia inglesa aos interesses do próprio capitalismo britânico. Essas nuances conduziriam o teórico do socialismo proletário a uma caracterização da política externa britânica como contra-revolucionária, pró-aristocrática e, inclusive, **lesiva aos interesses econômicos do capitalismo inglês**. Tais análises adquiriam pleno contorno nos artigos que Marx dedicou à performance de Lord Palmerston nas páginas do *Tribune* e do *People's Paper*⁷.

Esses textos foram publicados sob a forma de brochura independente na Inglaterra, ainda durante a vida de seu autor. Marx baseou suas formulações no exame de uma ampla coleção de documentos diplomáticos, atas do parlamento e material jornalístico. O trabalho que resultou daí possui como uma de suas peculiaridades principais a descrição aguda dos mecanismos de tomada de decisão, sobretudo em matéria de política exterior, utilizados pelo governo britânico no século XIX. Efetuou-se uma apreciação minuciosa dos processos de definição do comportamento da diplomacia britânica frente aos mais importantes conflitos internacionais do período como a luta pela unificação da Itália, a emergência nacional na Polônia e na Hungria, o problema irlandês, as reformas liberais na Grécia, em Portugal e na Espanha. O aspecto mais controvertido destes textos é a fixação de Marx em comprovar a “russofilia” de Palmerston a todo custo.

⁷ Estes artigos podem ser consultados em sua versão original nas *Collected Works*, vol. 12 (1853-1854) op. cit. pp. 341-406, ou na tradução espanhola, antecedida por uma apresentação de Robert Payne, *El desconocido Carlos Marx*, Barcelona, Editorial Bruguera, 1975, pp. 147-231.

A guerra da Criméia e seus desdobramentos

A Guerra da Criméia opôs França, Grã-Bretanha e o Império Otomano à Rússia czarista. Mais do que isso, foi resultado de uma aproximação entre a Grã-Bretanha, tida como a mais liberal e constitucionalista das potências do Sistema Internacional do Congresso de Viena, com a França, eterno *outsider* e suposto fator de desestabilização do mesmo, confrontando a Rússia, guardiã de primeira hora da ordem internacional pós-napoleônica.

O escrito que mais bem expressa as percepções de Marx acerca do significado da Guerra da Criméia do ponto de vista das relações de poder entre as potências gestoras do sistema internacional da Convenção de Viena é o já citado artigo “Excentricidades da Política”, publicado no *Tribune* em julho de 1955⁸. Este artigo se baseia na leitura de dois livros: *Du Congrès de Vienne* (Sobre o Congresso de Viena) do abade Dominique Dufour de Pradt e *Denkschrift, betreffend die Gleichgewichts-Lage Europa's, beim Zusammentritte des Wiener Congress verfasst* (Memorial relativo à situação de equilíbrio da Europa, redigido durante as reuniões do Congresso de Viena), do marechal prussiano K. F. Knessebeck. Na primeira obra, o autor defende a idéia, apoiada por Marx, de que o Congresso de Viena havia lançado as bases para o estabelecimento da supremacia russa na Europa. De acordo com aquele autor, a “guerra de independência da Europa contra a França”, ou seja, as Guerras Napoleônicas, foram concluídas com a sujeição da Europa diante da Rússia. Corroborando tal argumento, cuja inspiração anti-revolucionária dispensa qualquer observação, Marx acentua que

A guerra contra a França, que foi ao mesmo tempo uma guerra contra a Revolução, uma guerra anti-jacobina, conduziu a uma transferência da influência do Ocidente para o Oriente, da França para a Rússia. O Congresso de Viena foi o resultado natural da Guerra Anti-Jacobina, o Tratado de Viena, o produto legítimo do Congresso de Viena e a supremacia russa, a filha natural do Tratado de Viena⁹.

Em seqüência, Marx acorria em defesa de Frederico Guilherme III da Prússia diante das acusações a ele imputadas de haver, através de sua dedicação cega ao soberano russo, solapado as bases do projeto concebido por Castlereagh, Metternich e Talleyrand, no sentido de “erguer barreiras territoriais seguras contra as usurpações russas”¹⁰. Segundo Marx, não se deveria responsabilizar solitariamente o príncipe

⁸ Karl Marx, “Eccentricities of Politics”. *New York Daily Tribune*, nº 283, 21 de junho de 1955 (publicado como artigo principal), in: *Collected Works*, op. cit. vol. 14, pp 283-286.

⁹ Idem, p. 283.

¹⁰ Idem, p. 283.

prussiano por uma situação (a supremacia russa) inevitavelmente engendrada pelo sistema internacional aprovado no Congresso. Para Marx a supremacia russa na Europa estava de tal forma vinculada às resoluções do Congresso de Viena que mesmo uma guerra contra a Rússia que não se propusesse expressamente a revogar as disposições daquele tratado só faria reforçar a situação vigente. Era sob essa ótica que ele interpretava naquele momento o significado da Guerra da Criméia, então em curso, como um conflito que, longe de representar a superação do *status quo* aprovado em 1815, efetuaria apenas um pequeno reparo no mesmo, de modo a permitir a introdução da Turquia no esquema das cinco potências gestoras do sistema internacional.

Do panfleto de Knesbeck, Marx retira citações que engendram uma defesa apaixonada do fortalecimento da Turquia para o exercício do papel de barreira à irrupção de populações incivilizadas e bárbaras através do continente europeu e fator de estabilidade dos limites orientais da Europa contra a anarquia inata dos poloneses e as perturbações provocadas pelos gregos. Marx interpreta esse libelo furibundo como uma simples ratificação dos propósitos inspiradores da Guerra da Criméia: a extensão e a consolidação do Tratado de Paris de 1815.

Na conclusão do artigo, Marx não perde a oportunidade de estigmatizar Luiz Bonaparte, segundo ele, um dos atores centrais da mascarada então em curso, indivíduo que, em seu oportunismo, era capaz de decepcionar as expectativas mais elementares no que concerne à coerência e à fidelidade para com a própria legenda bonapartista:

Durante todo o período da Restauração e da Monarquia de Julho havia uma ilusão disseminada na França de que o napoleonismo (sic) significava a abolição do Tratado de Viena, que havia colocado a Europa sob a tutela da Rússia e a França sob a ‘surveillance publique’¹¹ da Europa. Agora, o atual imitador do próprio tio, assombrado pela ironia inexorável de sua posição fatal, está provando ao mundo inteiro que o napoleonismo significa guerra, não para emancipar a França **do**, mas para submeter a Turquia **ao** Tratado de Viena. Uma guerra no interesse do Tratado de Viena e sob o pretexto de colocar em cheque o poder da Rússia!¹²

Tendo-se estendido formalmente ao longo de três anos (1853-1856), mas produzindo na verdade um número relativamente reduzido de operações militares, a guerra da Criméia contou ainda, a partir da 1855, com a adesão do reino da

¹¹ Em francês, no original, vigilância pública.

¹² Idem, p. 286.

Sardenha à coalizão anglo-franco-otomana contra os exércitos do czar. Seu fator de deflagração foi um motivo aparentemente inusitado: as disputas entre as autoridades das igrejas Católica Romana e Grega Ortodoxa pelo controle dos lugares sagrados da Palestina. Tal querela externava inquestionavelmente o choque entre as aspirações expansionistas russas em relação aos territórios subordinados à Porta nas regiões balcânica e mediterrânea e o temor ocidental frente a essa ameaça. Papel cardeal foi desempenhado pela França do Segundo Império Napoleônico, ansiosa por neutralizar as disposições antifrancesas do Congresso de Viena e enxergando no Império Russo o maior obstáculo a tal reversão. Ademais, segundo Marx e Engels, o papel de incendiário da guerra representado pelo imperador dos franceses respondia a necessidades múltiplas: a) granjear reconhecimento de seu poder imperial, tido como ilegítimo e usurpador pelas demais monarquias européias; b) desviar a atenção do povo francês dos problemas internos através do empreendimento de aventuras no exterior; c) aproveitar a excepcionalidade da guerra para promover um saque contra o tesouro francês e d) conquistar junto às nacionalidades oprimidas da Europa o prestígio de “libertador”, um dia reivindicado por seu tio. Uma tradução mais contemporânea das ambições de Luiz Bonaparte poderia caracterizá-las – abstraindo suas implicações mistificadoras e manipulatórias em relação ao próprio povo francês e às nacionalidades oprimidas da Europa – como um esforço pela conquista de uma posição de protagonista da ordem internacional de então, revertendo a situação de alijamento das decisões e conseqüente marginalização no interior do sistema internacional, relegado à França pelos vencedores de Napoleão.

A neutralidade austro-prussiana constituía para Marx e Engels uma manifestação de covardia e uma reafirmação do caráter anti-revolucionário das classes dirigentes destes dois Estados alemães. Para os dois pensadores socialistas germânicos, a causa principal do não engajamento tanto da Prússia quanto da Áustria na guerra fora o temor de seus governantes de que a luta contra a Rússia se convertesse em uma guerra revolucionária dos povos europeus contra as autocracias do continente. Essa interpretação considerava, sobretudo, as forças revolucionárias que um colapso do império ortodoxo liberaria nas áreas ocupadas pelas nacionalidades “revolucionárias”, então carentes de um Estado nacional unificado na Europa, em grande parte, segundo eles, devido à atividade da diplomacia e das armas russas: Alemanha, Polônia, Hungria e Itália.

Seguindo o mesmo balizamento teórico, os correspondentes europeus do *Tribune* consideravam que a neutralização das influências reacionárias do czarismo no continente europeu, ao debilitar as forças sociais conservadoras que em grande medida se apoiavam em seu poderio militar, estimularia a ação das forças revolucionárias, inclusive socialistas, em países como a Inglaterra e a França. Decorreria

daí, portanto, a vigência da atitude, em última análise, contemporizadora das classes dirigentes destes países em relação ao Império czarista, mesmo diante de seus mais ousados empreendimentos. Esta postura generalizada de contemporização conheceria manifestações radicalizadas na ação de círculos políticos e elementos acerbamente pró-russos, como Lord Palmerston, grande aliado do czarismo na Europa Ocidental, segundo a inclemente e não poucas vezes exagerada acusação de Marx. Sendo assim, a política das potências ocidentais com relação à Rússia deveria se orientar, na interpretação de Marx e Engels, por um duplo enfoque: a) no que se referia à vigência das preocupações sociais de suas classes dirigentes, atemorizadas diante da possibilidade de revoluções políticas e/ou sociais na Europa, tratava-se de preservar, a todo custo, a existência da autocracia czarista para que esta pudesse desempenhar, sempre que preciso, seu papel de polícia contrarrevolucionária no continente e b) do ponto de vista estrito da *raison d'État*, tratava-se, no entanto, de conter o avanço russo nas áreas mediterrânea e caucasiana, impossibilitando o acúmulo pelo Estado russo de um **excesso de poder** que instabilizasse o equilíbrio de forças do sistema internacional em seu benefício e em detrimento das potências ocidentais.

Peculiar, porque combina elementos que se plasmariam posteriormente em tradições de pensamento e ação freqüentemente dissonantes. Este posicionamento era caracterizado por aquilo que tento definir como uma perspectiva **realista revolucionária**. **Realista** porque interpretava a evolução das relações internacionais, observando as correlações de força entre os Estados, os interesses nacionais das potências e suas projeções estratégicas. **Revolucionária** porque orientada pela idéia de que as transformações necessárias à geração de um sistema de relações internacionais mais justas e democráticas, adequadas ao pleno desenvolvimento dos povos, seriam produzidas pela ação das forças revolucionárias. Que tipo de revoluções? Não restam dúvidas de que para a Inglaterra e a França, Marx e Engels apostavam, senão em curto, pelo menos em médio prazo, na ocorrência de revoluções proletárias orientadas para o socialismo e o comunismo. Mas no que se referia aos Estados alemães, nacionalidades eslavas euro-orientais e aos impérios russo e otomano, as expectativas de Marx e Engels se concentravam na criação de repúblicas democráticas em substituição às autocráticas monarquias então existentes. Porém, também não são estranhas a tais considerações, apreciações “antediluvianas” quanto a uma retomada bem próxima dos movimentos revolucionários e uma forte dose de “germanocentrismo”, herança de suas iniciações políticas no seio das sublevações revolucionárias que haviam sacudido o mundo de fala alemã na década anterior.

A diplomacia europeia após o Tratado de Paris

Nos artigos que dedicaram ao desenvolvimento da política externa francesa no contexto da Guerra da Criméia, Marx e Engels não se mostraram muito indulgentes. Trata-se também aqui de todo um vasto repertório de denúncias e acusações contra o governo encabeçado por Louis Bonaparte¹³. Neles, Marx descarregou suas baterias contra o que considerava ser a degenerescência do exército francês, estimulada pelo caráter supostamente aventureiro, demagógico e corrupto de Napoleão III. Situação exemplificada pela descrição da trajetória de St. Arnaud, Marechal do Exército Francês e Ministro da Guerra, quem, segundo o articulista, construíra sua reputação militar servindo na Legião Estrangeira na Argélia, ao lado de bandoleiros, mercenários e desertores de vários países, “o rebotalho dos exércitos europeus”. O próprio imperador francês, caracterizado como um indivíduo ofuscado por ilusões operísticas acerca de sua própria grandeza, era estigmatizado como a caricatura oficial de um passado glorioso. A virulência antibonapartista de Marx e Engels não poupava também os líderes políticos liberais e democratas, franceses e estrangeiros, que dedicavam confiança aos protestos de Luiz Bonaparte em defesa da liberdade das nacionalidades oprimidas da Europa. Em consequência, com a mesma falta de cerimônia com que impingiram a outros militantes da esquerda democrática e revolucionária europeia o estigma de colaboradores da autocracia czarista, Marx e Engels imputavam a personalidades como Barbès, Kosuth e os emigrados poloneses, a acusação de contribuírem para a legitimação de Luiz Napoleão.

As políticas interna e externa dos dois maiores Estados alemães da época, a Áustria e a Prússia, também não escaparam às atenções dos correspondentes do *Tribune*¹⁴. Através de seu sistema comum de análise da processualidade histórica, consideravam que, após a deflagração da Guerra da Criméia, a Prússia, desejosa de enfraquecer a influência russa em sua fronteira euro-oriental e assegurar supremacia plena sobre a maior parte do território polonês compartilhado por ambos, poderia declarar guerra à Rússia. Ao se engajar em um confronto com o principal bastião das autocracias europeias, os dirigentes prussianos despertariam as energias democráticas e revolucionárias das populações alemãs, adormecidas desde o malogro revolucionário da década anterior, desencadeando um movimento que

¹³ K. Marx. “Reorganisation of the British War Administration. – The Austrian Summons. – Britain’s Economic Situation. – St. Arnaud”. *New York Daily Tribune*, nº 4.144, 24 de Junho de 1854. Reproduzido em *Collected Works*, vol. 13, pp. 227-233.

¹⁴ Karl Marx, “The Treaty Between Austria and Prussia – Parliamentary debates of May 29” (O Tratado entre a Áustria e a Prússia – Debates Parlamentares do dia 29 de maio). *New York Daily Tribune*, nº 4.103, 12 de Junho de 1854. Reproduzido em *Collected Works*, vol. 13, pp. 215-219.

poderia conduzir à tão sonhada solução republicano-democrática para o problema da unificação nacional alemã. Ao assim fazê-lo, a Prússia dos aristocratas *junkers* estaria desempenhando o papel de “instrumento inconsciente da história”, segundo a concepção histórico-dialética que Marx e Engels herdaram e reelaboraram a partir de Hegel.

Já no que concerne à Áustria, as perspectivas não eram tão otimistas. No artigo intitulado “A bancarrota austríaca”¹⁵, Marx avaliava que a debilitação econômica por que passava o Estado dos Habsburgo naquele momento, combinada com a emergência nacional na Galícia, na Hungria e na Itália, inviabilizava a participação austríaca em qualquer aventura além fronteiras. Ademais, o crescimento da preocupação dos círculos dirigentes desse Estado germânico meridional com a preservação de seu império empurraria sua diplomacia em direção às posições mais conservadoras possíveis. Por essa razão, ainda que temessem a irradiação do poderio russo através da península balcânica, não desejavam qualquer enfraquecimento mais sério do czarismo, segundo eles, porque nesse caso os Habsburgo não teriam um amigo a quem recorrer por ocasião da próxima ofensiva revolucionária. Por outro lado, segundo a expectativa de Marx e Engels sobre uma retomada eminente das ações revolucionárias no continente, o ingresso da Áustria na guerra poderia significar um deslocamento das operações militares para o coração da Europa, gerando uma escalada de insurgência revolucionária por parte dos povos oprimidos da região. Segundo eles, as populações mais imediatamente interessadas na questão das complicações orientais seriam, além dos alemães, os húngaros e os italianos, apreciação que acentua, não só o germanocentrismo revolucionário dos fundadores da filosofia da praxis, como seu persistente apelo à concepção acerca do caráter potencialmente revolucionário das “nacionalidades históricas”.

A idéia de que aos círculos dirigentes das potências do ocidente não interessava o colapso da Rússia aparece reiterada em uma série de artigos publicados no biênio 1855-1856, quando se desenrolou a última e decisiva fase da Guerra da Criméia. Marx e Engels se empenharam em demonstrar que as operações militares anglo-francesas encontravam-se condicionadas pelas aspirações contra-revolucionárias de suas cúpulas governamentais. De acordo com tais desígnios, os combates contra as forças do czar deveriam ocorrer em áreas periféricas, afastadas dos principais centros da vida política e social russa, neutralizando com isso qualquer perspectiva de que, uma vez conduzida a estas regiões, a guerra pudesse se converter em uma sublevação popular. A partir desse ponto de vista, reinterpretavam as diretivas francesas e britânicas voltadas para o desenvolvimento das operações mi-

¹⁵ *New York Daily Tribune*, nº 4.033, de 22 de março de 1854. *Collected Works*, vol. 13, pp. 43-49.

litares em níveis estritamente locais. Segundo os governos e os comandos militares destes países, tratava-se de limitar a extensão dos combates de modo a restringir o número de perdas, mas, para Marx e Engels, o objetivo almejado era evitar que a “guerra de contenção” enfraquecesse excessivamente aquele baluarte da Santa Aliança e evitasse a subversão de suas estruturas internas. Em um artigo assinado por eles, inicialmente publicado no periódico alemão *Neue Order Zeitung*¹⁶ e mais tarde reproduzido parcialmente no *Tribune*, os dois autores acentuavam suas opiniões sobre o caráter paradoxal e inusitado da Guerra da Criméia em seu terceiro ano de deflagração.

A guerra da coalizão anglo-francesa contra a Rússia irá, indubitavelmente, figurar nos anais da história militar como ‘a guerra incompreensível’. O máximo de conversações combinado com o mínimo de ações, extensas preparações e significados insignificantes, uma precaução que beira a timidez seguida de atos temerários gerados pela ignorância, generais mais do que medíocres à frente de tropas mais do que corajosas, reveses quase deliberados na seqüência de vitórias obtidas em meio a equívocos, exércitos inicialmente arruinados pela negligência posteriormente salvos pelo mais estranho dos acidentes – um grande conjunto de contradições e inconsistências¹⁷.

A tibieza das potências ocidentais sugerida neste texto haveria de se transferir, na futura avaliação dos dois autores, dos campos de batalha para as mesas de negociações ao término da contenda. E, com efeito, nas reuniões preparatórias da assinatura do Tratado de Paris, que pôs termo ao conflito, a diplomacia russa teria habilmente se aproveitado das indecisões e divergências dos dois grandes aliados ocidentais para assegurar termos que lhe fossem mais favoráveis. O Tratado de Paris foi firmado em 30 de Março de 1856, pelos representantes dos Estados que se confrontaram na Guerra da Criméia de 1853-1856 (Grã-Bretanha, França, Rússia, Sardenha e Turquia). Sua assinatura é considerada um ponto de inflexão nas relações internacionais do século XIX, na medida em que encerrava de fato o

¹⁶ Jornal publicado pelos círculos democráticos radicais da Alemanha. Um dos primeiros a surgir no ambiente de reação política que se seguiu ao fracasso das revoluções germânicas dos anos 1847-1848. Marx colaborou com ele entre dezembro de 1854 e novembro de 1855; durante este período, parcela significativa dos artigos produzidos por Marx e Engels foram publicados, simultânea ou alternadamente no *Tribune* e no *Neue Order Zeitung*.

¹⁷ Karl Marx e Friedrich Engels, “The Anglo-French War Against Russia”, *Neue Order Zeitung*, nºs 385 e 387, 20 e 21 de agosto de 1855, reproduzido de forma abreviada como editorial no *New York Daily Tribune*, nº 4.483 de 1º de setembro de 1855. *Collected Works*, vol. 14, pp. 484-488.

sistema de alianças estabelecido pelo Congresso de Viena de 1815. Polarizado pelas figuras de Bismarck, Cavour e Gorchakov, o encontro que originou o Tratado garantiu a independência formal e a integridade territorial do Império Otomano, obrigava a Rússia a devolver a cidadela de Kars aos turcos, cedia parte da Bessarábia à Turquia, instituía a região do Mar Negro como zona de neutralidade. A Rússia, em compensação, confirmou sua condição de protetora dos principados do Danúbio, formalmente submetidos à tutela das grandes potências, e de guardião de todos os cristãos residentes no interior do Império Otomano; além disso, assegurou a livre navegação através do Danúbio.

O período imediatamente posterior ao Tratado de Paris registra um refluxo na produção de Marx e Engels dedicada aos temas da política e da diplomacia internacionais nas páginas do *Tribune*. Pode-se inferir que o mencionado Tratado significou uma reestabilização da ordem internacional européia, fundada em um determinado alinhamento de forças. Por outro lado, o próprio desenrolar da guerra da Criméia provocou, inequivocamente, uma certa exaustão dos principais protagonistas da política européia, naquilo que se referia aos movimentos político-diplomáticos de âmbito continental. Mesmo a Áustria e a Prússia, ausentes daquele conflito, provavelmente não deixaram de perceber nele uma oportunidade de demonstração do poderio militar de seus parceiros no “concerto das nações”, o que pode lhes haver sugerido cautela e concentração, visando ao acúmulo de forças para os enfrentamentos que inevitavelmente estariam por vir.

Porém, afora tais contingências, uma associação de processos políticos e diplomáticos interfeririam de forma determinante na moldura das relações de poder entre as grandes potências européias no imediato pós-guerra da Criméia.

Quanto ao comportamento das demais grandes potências européias no período, podemos constatar a ocorrência de algumas inflexões muito significativas no que concerne aos papéis até então desempenhados, ou pelo menos reivindicados, do ponto de vista da gestão da ordem internacional em vigor. A Áustria, um dos principais bastiões continentais do Sistema Internacional da Convenção de Viena, experimentaria um processo acentuado de isolamento político e diminuição de influência. Tal movimento se iniciara ainda na década de 1830, quando o Império Austríaco, fiel aos inegociáveis princípios do “legitimismo” que orientavam sua atividade internacional, aliara-se solitariamente à Turquia contra os nacionalistas gregos. Foi quando, pela primeira vez desde a formação da Santa Aliança, posicionara-se em campo distinto de suas consortes Rússia e Inglaterra, que, a propósito, perfilaram no mesmo campo que a “perigosa” França. Mais tarde, veria sua estabilidade interna significativamente abalada em consequência das insurreições revolucionárias do período da “Primavera dos Povos”, quando tivera seu império salvo de um eminente desmembramento (revolução húngara) pelas tropas

do czar. Porém, o pior momento de sua diplomacia ocorrera por ocasião da Guerra da Criméia, quando a Áustria conseguiu desagradar as potências ocidentais com sua recusa de combater a Rússia e, mais tarde, desagradar a Rússia com as pressões para que esta aceitasse os termos do Tratado de Paris. Ademais, as relações entre os Habsburgos austríacos e os Romanovs russos tendiam a deteriorar-se gradualmente, na medida em que evidenciavam as suas divergências quanto à situação dos principados do Danúbio e das províncias balcânicas, entregues à proteção russa pelo Tratado de Paris, mas cobiçados com cerimônia cada vez menor pelos germanos do sul. O resultado geral do enfraquecimento da Áustria como potência, de sua perda de influência e isolamento político internacionais foi a sua conversão de um dos pilares fundamentais do sistema em um ator insignificante.

A Rússia emergiu da guerra da Criméia dominada por sentimentos de frustração, humilhação e ressentimento. Frustração por não haver consumado seu objetivo de desferir um golpe de misericórdia na incômoda entidade otomana, que em sua letargia pós-imperial obstruía a marcha russa em direção ao Mar Negro e ao Mediterrâneo. Humilhação por ter sua secular trajetória de conquistas militares interrompida pela coalizão anglo-francesa, a qual lhe impôs o respeito à integridade turca e a evacuação dos principados do Danúbio (Moldávia e Valáquia), além de lhe vetar a construção de sua tão sonhada esquadra no Mar Negro, desguarnecendo militarmente suas fronteiras meridionais. Porém, poucos sentimentos devem ter sabido mais amargamente às cúpulas russas do que o ressentimento do czar Nicolau I em relação ao príncipe Schwarzenberg, que retribuiu ao apoio decisivo prestado pelos russos no esmagamento da sublevação dos revolucionários húngaros liderados por Louis Kossuth em 1848 com o abandono do velho aliado no momento do enfrentamento com as potências ocidentais e, pior ainda, atuando como agente ocidental no convencimento dos estadistas russos à aceitação dos termos do Tratado de Paris. O resultado final do processo, no que se refere ao comportamento da Rússia, foi a transformação do principal bastião da ordem conservadora européia em “revisionista” do sistema internacional.

A França de Napoleão III aparece neste momento como a potência mais ativa do sistema internacional. Como Marx e Engels observaram diversas vezes, a necessidade de conquistar legitimidade no âmbito de uma família de potências aristocráticas, a tentativa de reeditar a trajetória internacional gloriosa de Napoleão I e o esforço de divertir a opinião pública francesa dos problemas internos vividos pelo país imprimiam ao Segundo Império Francês a marca do “militantismo” no que se referia às questões da política e da diplomacia européias. A participação na coalizão vencedora durante a guerra da Criméia conferiria ao império bonapartista apreciáveis dividendos diplomáticos. O mais elementar de todos: foi a primeira vez, desde Waterloo, que o Estado Francês se envolveu diretamente em uma con-

flagração bélica continental, triunfando militar e diplomaticamente sobre a Rússia, importante inimigo do passado, cuja vitória sobre as forças francesas em 1812 iniciou o processo de desagregação do império de Napoleão I. Em segundo lugar, o fato de que nessa guerra a França teve como sua aliada a Inglaterra, arquiinimiga de antanho, primeira potência mundial e a única capaz de assegurar o isolamento econômico francês no cenário internacional. Em terceiro lugar, o maior de todos os triunfos franceses: o país, que fora marginalizado quando da Convenção de Viena, chancelava agora um novo pacto internacional que desmontava as bases do sistema anterior, dividia seus antigos adversários e relegava quase todos eles (Áustria, Rússia e Prússia) a uma inequívoca marginalização política.

Ora, se esses sucessos atualizavam a mística do sucessor de Napoleão Bonaparte, devolvendo à França a posição de gestora dos negócios europeus, a qual um dia lhe fora tomada, por outro lado não fazia senão estimular Napoleão III a novas arremetidas internacionais. Afinal, a França se autoproclamava um império e o modo de vida dos impérios é a conquista territorial. Frequentador de círculos carbonários em seu exílio italiano, subproduto político da emersão liberal de 1848 na França, Luiz Napoleão exprimiria suas ambições político-territoriais na Europa nos termos de um apoio à afirmação nacional das nacionalidades oprimidas naquele continente. Reivindicação essa que, se já o conduzira antes a disputar a proteção das populações cristãs do império otomano com o czarismo russo, o conduziria agora a afrontar o imperador Habsburgo no apoio à causa nacional italiana.

Marx, que analisara com acuidade singular as circunstâncias que presidiram a inauguração do chamado II Império Francês, jamais conseguiu divisar qualquer traço positivo na personalidade política de Luiz Bonaparte¹⁸. Para Marx, por detrás das declarações de Napoleão III em defesa dos direitos das nacionalidades oprimidas da Europa, ocultava-se pura e simplesmente o desígnio de obter aquisições territoriais. Em alguns artigos publicados no período 1856-1858, Marx reiterava as qualificações estigmatizadoras acerca de Luiz Bonaparte e seu governo, inicialmente delineadas na brochura de 52.

Conclusão

Pensadores dialéticos, Engels e Marx compreendiam as implicações que o movimento particular dos Estados, impulsionados por “interesses nacionais” não expressamente vinculados às necessidades do capital e às aspirações econômicas

¹⁸ Os motivos originais da repulsa que Marx dedicou a este estadista francês podem ser apreciados *in loco* na obra *The Eighteen Brumaire of Louis Bonaparte* de 1852. *Collected Works*, op. cit. vol. 11, pp. 99-197.

das classes dirigentes européias, poderia produzir para o desenvolvimento histórico revolucionário do continente. Ademais, vivendo no contexto político-cultural anglo-saxônico e tendo como interlocutoras privilegiadas as opiniões públicas inglesa e norte-americana, os dois autores não poderiam deixar de moldar suas análises internacionais segundo temas e, sob certo aspecto, valores característicos das tradições anglo-americanas em matéria de política e diplomacia internacionais. Isto, porém, não significa que a compreensão dos fenômenos internacionais em termos de uma “política de poder” protagonizada pelos Estados nacionais – e não pelas classes sociais –, impulsionados por seus interesses “estratégicos”, desenvolvida pelos colaboradores europeus do *Tribune* tenha significado apenas uma adequação oportunista aos padrões de análise dominantes. A especificidade da visão de Marx e Engels consiste justamente em sua capacidade singular de articular essas duas dimensões distintas, porém interligadas e situadas na base do desenvolvimento das relações internacionais de seu tempo: a esfera dos interesses sociais conflitantes, motor da luta de classes e catalisador de possíveis revoluções político-sociais no interior dos Estados e no marco europeu, e a esfera da ação dos Estados nacionais, determinada por interesses estratégicos de poder e geradora das configurações dos sistemas internacionais.